



O
ÓDIO
COMO
POLÍTICA

(ORG.)
ESTHER
SOLANO GALLEGO

A REINVENÇÃO
DAS DIREITAS NO BRASIL



O discurso econômico da austeridade e os interesses velados

Pedro Rossi e Esther Dweck

O discurso da austeridade ganhou destaque após a crise internacional de 2008. Na Inglaterra, enquanto o líder conservador David Cameron proclamou que o país entrava na “Era da Austeridade”, o debate econômico dividiu-se entre defensores e críticos da medida. Em 2010, o dicionário *Merriam-Webster’s*, um dos mais importantes da língua inglesa, elegeu a palavra “austeridade” como a palavra do ano, com base no número de pesquisas que a palavra gerou na internet. Com o aprofundamento da crise na Europa e a imposição de planos de austeridade aos países da periferia, cresceram pelo mundo os movimentos antiausteridade, assim como o debate acadêmico em torno do tema¹.

“Austeridade” não é um termo de origem econômica; a palavra deita raízes na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um

¹ Para uma discussão da literatura e das experiências históricas austeras, ver Mark Blyth, *Austeridade: a história de uma ideia perigosa* (São Paulo, Autonomia Literária, 2017). Para um debate sobre os impactos sociais da austeridade no Brasil, ver Pedro Rossi, Esther Dweck e Ana Luiza Matos de Oliveira (orgs.), *A economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil* (São Paulo, Autonomia Literária, 2018).

neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência e à sobriedade, além de reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários.

Por associação, no plano econômico, a austeridade é a política que busca, por meio de um ajuste fiscal, preferencialmente por cortes de gastos, ajustar a economia e promover o crescimento. O sacrifício, supostamente imposto ao conjunto da sociedade, é recompensado com crescimento, assim como o indivíduo austero se beneficia de sua poupança. Há, portanto, uma clara transposição, sem as adequadas mediações, das supostas virtudes do indivíduo para o plano público, atribuindo características humanas ao governo e personificando-o.

No entanto, as experiências históricas mostram que a austeridade é contra-producente, pois tende a provocar queda no crescimento e aumento da dívida pública, resultado contrário ao que se propõe. Além disso, a austeridade é seletiva, pois impõe sacrifícios para a parcela mais vulnerável da população, que é a que mais sofre com o desemprego e com os cortes de gastos e transferências sociais.

No Brasil, o discurso da austeridade tem justificado os cortes de gastos sociais e reformas estruturais. Esse discurso, no entanto, apesar de propagar uma alegada sabedoria convencional, se ampara em mitos fantasiosos e dogmas imunes às evidências.

Um discurso baseado em mitos

O discurso da austeridade é acompanhado de duas ideias extremamente questionáveis, conhecidas pelos críticos como i) a metáfora do orçamento doméstico e ii) a fada da confiança.

Começemos pelo primeiro deles.

Na retórica da austeridade, é muito comum a comparação do orçamento público com o orçamento doméstico. Assim como uma família, o governo não deve gastar mais do que ganha, diz o argumento. Logo, diante de uma crise e de um aumento das dívidas, deve-se passar por sacrifícios e por um esforço de poupança. No caso brasileiro, é comum a análise de que os excessos (de gastos sociais, de aumento de salário mínimo, de intervencionismo estatal etc.) estão permanentemente cobrando *sacrifícios necessários*². Como na fábula da cigarra

e da formiga, os excessos serão punidos e os sacrifícios, recompensados. Há um argumento moral de que os anos de excessos devem ser remediados com abstinência e sacrifícios, e a austeridade é o remédio.

No entanto, essa comparação entre o orçamento público e o familiar não é apenas parcial e simplificadora, mas essencialmente equivocada. Isso porque desconsidera três fatores essenciais. O primeiro é que o governo, diferentemente das famílias, tem a capacidade de definir seu orçamento. A arrecadação de impostos decorre de uma decisão política e está ao alcance do governo, por exemplo, tributar pessoas ricas ou importações de bens de luxo para não fechar hospitais. Ou seja, enquanto uma família não pode definir o salário que recebe, o orçamento público decorre de uma decisão coletiva sobre quem paga e quem recebe, quanto paga e quanto recebe.

O segundo fator que diferencia o governo das famílias é que, quando o governo gasta, parte dessa renda retorna sob a forma de impostos. Ou seja, ao acelerar o crescimento econômico com políticas de estímulo, o governo está aumentando também a sua receita. E, como visto, o gasto público em momentos de crise econômica, principalmente com alto desemprego e alta capacidade produtiva ociosa, incentiva/promove a ocupação da capacidade, reduz o desemprego e gera crescimento. Por fim, o terceiro fator não é menos importante: as famílias não emitem moeda, não têm capacidade de emitir títulos em sua própria moeda e não definem a taxa de juros das dívidas que pagam. Já o governo faz tudo isso.

Portanto, a metáfora que compara os orçamentos público e familiar é dissimulada e desvirtua as responsabilidades que a política fiscal tem na economia em seu dever de induzir o crescimento e amortecer os impactos dos ciclos econômicos na vida das pessoas. A administração do orçamento do governo não somente *não deve* seguir a lógica do orçamento doméstico como deve seguir a lógica *oposta*. Quando famílias e empresas começam a contrair gastos, o governo deve ampliar gastos seus, de forma a contrapor o efeito contracionista do setor privado.

Isto posto, passemos ao segundo discurso, da fada da confiança. O pressuposto teórico para o sucesso das políticas de austeridade é o aumento da confiança dos agentes privados. A austeridade seria o instrumento e a solução para restaurar a confiança do mercado que, por sua vez, seria causadora de crescimento econômico. Na retórica austera, a busca pela confiança do mercado é muito presente tanto no exterior como no Brasil – são inúmeros os exemplos em que a equipe econômica evoca esse tema como justificativa para cortes de gastos, como em 2016, quando Henrique Meirelles estabeleceu que

² Por exemplo, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou em entrevista que “a atual recessão foi provocada por anos de excessos”. Ver Cristiano Romero, “Desta vez, é diferente: ‘confiança está voltando’, diz presidente do Banco Central”, *Valor Econômico*, 08 fev. 2017.

o “desafio número 1” seria a retomada da confiança³, ou menos de dois anos antes, quando Joaquim Levy declarou que “alcançar essa meta será fundamental para o aumento da confiança na economia brasileira”⁴, ou, ainda, em 2018, quando Michel Temer citou “confiança” como a palavra-chave que permitiria a retomada do crescimento econômico no país⁵.

Para Paul Krugman, a crença de que a austeridade gera confiança é baseada em uma fantasia segundo a qual, por um lado, os governos seriam reféns de “vigilantes invisíveis da dívida”, que punem pelo mau comportamento, e, por outro, existiria uma “fada da confiança” que recompensaria o bom comportamento. O autor ainda mostra evidências de que os países europeus que mais aplicaram a austeridade foram os que menos cresceram⁶. Na mesma linha, Skidelsky e Fracarroli mostram que a confiança não é causa, mas acompanha o desempenho econômico e que austeridade não aumenta, mas diminui a confiança ao gerar recessão⁷.

Nesse sentido, é intuitivo pensar que um ajuste fiscal não necessariamente melhora a confiança; um empresário não investe porque o governo faz ajuste fiscal e sim quando há demanda por seus produtos e perspectivas de lucro. Nesse ponto, a contração do gasto público em momentos de crise não aumenta a demanda; ao contrário, essa contração reduz a demanda no sistema. Em uma grave crise econômica, quando todos os elementos da demanda privada (o consumo das famílias, o investimento e a demanda externa) estão desacelerando, se o governo contrair a demanda pública, a crise se agrava.

Interesses velados

Segundo Krugman, quase ninguém acredita no discurso que dominou o debate econômico europeu por volta de 2010⁸. A austeridade é um culto em decadência, e a própria pesquisa que lhe dava suporte foi desacreditada. Mesmo

³ Da redação, “Meirelles: desafio número um é recuperar a confiança”, *Veja*, 29 abr. 2016.

⁴ Alexandre Martello, Filipe Matoso e Fernanda Calgaro, “Novo ministro da Fazenda fala em corte de despesas, mas sem pacotes”, *GI*, 27 nov. 2014.

⁵ Yara Aquino, “Temer diz que confiança permite retomada do crescimento da economia”, *Agência Brasil*, 11 abr. 2018.

⁶ Paul Krugman, “The Austerity Delusion”, *The Guardian*, Londres, 29 abr. 2015.

⁷ Robert Skidelsky e Nicolò Fracarroli (orgs), *Austerity vs. Stimulus: The Political Future of Economic* (Londres, Palgrave Macmillan, 2017).

⁸ Paul Krugman, “The Austerity Delusion”, cit.

instituições conservadoras como o FMI reconhecem o estrago que os cortes de gasto podem fazer em uma economia já frágil. A austeridade é, portanto, uma ideia equivocada do ponto de vista social e contraproducente do ponto de vista do crescimento econômico e do equilíbrio fiscal.

No entanto, como defende Milios, a austeridade não é irracional, tampouco estritamente errada; ela nada mais é que a imposição dos interesses de classe dos capitalistas. Trata-se de uma política de classe ou de uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos. Os capitalistas, por sua vez, se beneficiam das políticas de austeridade em três frentes:

- Ao gerar recessão e desemprego, reduzem-se pressões salariais e aumenta-se lucratividade. Como mostram Bova e outros, a austeridade tende a aumentar a desigualdade de renda⁹; em média, um ajuste de 1% do PIB está associado a um aumento no coeficiente de Gini do rendimento disponível de cerca de 0,4% a 0,7% nos dois anos seguintes¹⁰.
- O corte de gastos e a redução das obrigações sociais abrem espaço para futuros corte de impostos das empresas e das elites econômicas, e a redução da quantidade e da qualidade dos serviços públicos aumenta a demanda de parte da população por serviços privados em setores como educação e saúde, o que aumenta os espaços de acumulação de lucro privado.

A austeridade é também um dos três pilares centrais do neoliberalismo, juntamente com a liberalização dos mercados e as privatizações¹¹. A racionalidade dessa política é, portanto, a defesa de interesses específicos e, de quebra, um veículo para corroer a democracia e fortalecer o poder corporativo no sistema político¹².

⁹ Elva Bova, Tidiane Kinda e Jaejoon Woo, “Austerity and Inequality: The Size and Composition of Fiscal Adjustment Matter”, *VOX*, 7 fev. 2018, disponível online.

¹⁰ Além disso, os autores constataram que os ajustes baseados em corte de gastos tendem a piorar ainda mais significativamente a desigualdade, em relação aos ajustes baseados em impostos.

¹¹ Nick Anstead, “The Idea of Austerity in British Politics, 2003-13”, *Political Studies*, v. 66, n. 2, 29 set. 2017, disponível online.

¹² Kerry-Anne Mendoza, *Austerity: The Demolition of the Welfare State and the Rise of the Zombie Economy* (Oxford, New Internationalist Publication, 2015), afirma que a austeridade é um veículo para demolir o Estado de bem-estar social e construir as fundações de um novo fascismo: o fascismo corporativo.

Essa perspectiva traz luz para a realidade brasileira, na qual as políticas de austeridade acontecem em um período de extrema instabilidade política e de aumento das tensões de classes. Nesse contexto, a austeridade justapõe as vítimas dos cortes (principalmente a parcela mais pobre da população) com os perpetradores dessas políticas – as elites econômicas e um governo subserviente. No Brasil, a austeridade entrega a ambição de décadas da direita e dos segmentos políticos mais conservadores: revogar o contrato social da Constituição Federal de 1988 e aprofundar as reformas neoliberais.

